

# Decreto de FH irrita prefeito do Rio

■ Conde diz que decisão presidencial que altera status do Parque Nacional da Tijuca não é a melhor solução e pede novas licitações

André Arruda - 3/3/98

ALUIZIO FREIRE E  
ALFREDO HERKENHOFF

O anúncio de que o presidente Fernando Henrique Cardoso virá ao Rio no dia 14 de setembro assinar um decreto transformando o Parque Nacional da Tijuca em uma Organização Social, antecipado ontem pelo **Informe JB**, foi recebido com indiferença pelo prefeito Luiz Paulo Conde. "Não sei que tipo de benefício isso pode trazer para a cidade, porque desconheço o teor desse decreto. Na minha opinião, a melhor iniciativa seria municipalizar o parque", disse o prefeito.

No começo do mês, Conde enviou um ofício ao ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, denunciando o convênio de gestão compartilhada entre a prefeitura e o governo federal, firmado em 1995, por considerar que o Ibama transformou o comitê de gestão em grupo consultivo, tirando a sua possibilidade de ação direta na administração do parque. Como organização social, o parque, mesmo tendo de prestar contas ao governo, vai poder contratar pessoas, pagar preços de mercado e promover licitações para exploração de serviços.

Dez dias atrás, indagado sobre as

críticas da diretora do parque, Sônia Peixoto, quanto aos preços cobrados pela Comlurb para limpar a área do Corcovado, Paineiras e Floresta da Tijuca (R\$ 800 mil ao ano), Conde desabafou: "Já botamos muito dinheiro no parque, mas não vamos mais gastar para a administradora fazer discursos".

Conde classifica a presença federal no parque de um fenômeno negativo. "Chega funcionário burocrático que não quer fazer a gestão compartilhada, mas só garantir o seu poderzinho pessoal, aparecendo na TV com críticas à Prefeitura. Mas onde estão os contratos do parque? Com quem estão? Por que Sônia Peixoto não mostra os contratos do parque?", questiona.

**Pedágio** - Irritado, o prefeito defende a retirada de todos os restaurantes do parque e uma licitação para as novas explorações; a criação de pedágio e o controle dos carros que entram, além de uma vigilância eficaz para a manutenção do patrimônio que, em sua avaliação, não é do Rio, mas da humanidade. "Só lá na Floresta da Tijuca estão os restaurantes Esquilo, Floresta e o Bar da Cascatinha, mas está tudo meio abandonado", denunciou Conde.

Segundo o secretário municipal

de Meio Ambiente, Maurício Lobo, devido às chuvas de 1996, a cidade gastou R\$ 2 milhões em recuperação de emergência da floresta. Mas o secretário saudou ontem a iniciativa de transformar o parque em organismo social por "tirar a pressão do Ibama, que não administra bem a área".

Maurício Lobo acredita, no entanto, que mesmo uma boa negociação com a iniciativa privada vai exigir a participação "decisiva" da prefeitura, tendo em vista os altos custos para realizar obras de contenção de encostas, de favelas, segurança, limpeza e demais serviços de manutenção do parque.

Além do comitê de gestão, que cuida de questões emergenciais, o parque criou um grupo de estudo, formado por cerca de 25 especialistas, para até o fim do ano preparar o plano estratégico com vistas a lançar editais de exploração de serviços na maior floresta urbana do mundo (3.300 hectares). Esses estudos, orçados em R\$ 500 mil, têm o patrocínio da Fundação Roberto Marinho. Procurada pelo **JORNAL DO BRASIL**, Sônia Peixoto disse ontem que a eventual mudança de status do parque não era uma questão de sua alçada, mas do Ibama em Brasília.



A Cascatinha de Taunay é uma das atrações da Floresta da Tijuca, que será terceirizada pelo governo